



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

DE LEI Nº 785/2017

“Dispõe sobre o parcelamento e parcelamento de débitos do Município de Leandro Ferreira/MG com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS”.

A Câmara Municipal de Leandro de Leandro Ferreira, Estado de Minas Gerais, por seus legítimos representantes aprovou e, eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o parcelamento e/ou reparcelamento dos débitos do Município de Leandro Ferreira/MG com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, gerido pelo Instituto de Previdência Municipal de Leandro Ferreira – IPMLF, em até 200 (duzentas) prestações mensais, iguais e sucessivas, de contribuições devidas pelo ente federativo ou descontadas dos segurados ativos, aposentados e pensionistas, bem como de outros débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias, relativos a competências até março de 2017, observado o disposto no artigo 5º-A, da Portaria MPS nº402/2008, com alterações da Portaria MF n.º 333/2017.

Art. 2º - Para apuração do montante devido a ser parcelado, os valores originais serão atualizados pelo INPC, acrescido de juros simples de 0,50% (meio por cento), ao mês, acumulados desde a data de vencimento até a data de assinatura do termo de acordo de parcelamento.

Assinatura



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Art. 3º - Em caso de reparcelamento, para a apuração do novo saldo devedor, os valores consolidados do parcelamento ou reparcelamento anterior e das suas respectivas prestações pagas serão atualizadas pelo INPC, acrescidos de juros simples de 0,50% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data da consolidação do parcelamento ou reparcelamento anterior e das datas de suas respectivas prestações pagas até a data da nova consolidação do termo de reparcelamento.

Art. 4º - As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo INPC, acrescidas de juros simples de 0,50% (meio por cento) ao mês, acumulados desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento ou reparcelamento até o mês do pagamento.

Art. 5º - As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo INPC, acrescidas de juros simples de 0,50% (meio por cento) ao mês, e multa de 1% (um por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês de efetivo pagamento.

Art. 6º - Fica autorizado a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios – FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento ou reparcelamento, não pagas no seu vencimento.

Parágrafo Único – A garantia de vinculação do FPM deverá constar da cláusula do termo de parcelamento ou reparcelamento e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo repasse das cotas, e vigorará até a quitação do termo.



Município de Leandro Ferreira

Estado de Minas Gerais

Art. 7º - Esta Lei entrará em vigor a partir de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Leandro Ferreira, Minas Gerais, 02 de agosto de 2017.

W. Freitas
Elder Corrêa de Freitas
Prefeito Municipal

Certifico LEI Nº 785/2017
nesta data no saguão do Edifício sede
desta Prefeitura em conformidade com
a legislação em vigor. Secretaria da
Prefeitura Municipal de Leandro Ferreira.
Em 02 de AGOSTO de 2017
Responsável - Matr. 241-0

LEANDRO FERREIRA

01-03-1963